

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 16, número 2 (2025)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Mulheres na Política Local: Gênero e a Construção do Lugar de Fala no Centro-Sul Paranaense

*Mujeres en la Política Local: Género y Construcción
del Lugar del Discurso en el Centro-Sur de Paraná*

*Women in Local Politics: Gender and the Construction
of the Place of Speech in South-Central Paraná*

Larissa Aparecida Dionizio

Universidade Estadual do Centro-Oeste – Brasil
larissadionizio9@gmail.com

Márcia da Silva

Universidade Estadual do Centro-Oeste – Brasil
marcia.silvams@gmail.com

Como citar este artigo:

DIONIZIO, Larissa Aparecida; SILVA, Márcia da. Mulheres na Política Local: Gênero e a Construção do Lugar de Fala no Centro-Sul Paranaense. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 16, n. 2, p. 22-49, 2025. ISSN 2177-2886. DOI: <10.5212/Rlagg.v.16.i2.0002>.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Mulheres na Política Local: Gênero e a Construção do Lugar de Fala no Centro-Sul Paranaense

Mujeres en la Política Local: Género y Construcción del Lugar del Discurso en el Centro-Sur de Paraná

Women in Local Politics: Gender and the Construction of the Place of Speech in South-Central Paraná

Resumo

Este estudo evidencia o legislativo municipal como um espaço estratégico para a construção de voz e diversidade de representações, fortalecendo a presença de diferentes perspectivas na política local. O objetivo é: evidenciar os desafios que atravessam a atuação dessas mulheres, problematizando como as relações de poder e gênero presentes nas câmaras municipais condicionam sua participação e a apresentação de pautas. A metodologia é baseada na análise de discurso de entrevistas com 16 vereadoras de dez municípios, os quais estão localizados na região Centro-Sul do Paraná, complementada pela pesquisa bibliográfica e pela consulta a dados secundários, como o Tribunal Superior Eleitoral e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Assim, busca-se compreender como as mulheres se inserem no cenário político e como suas trajetórias refletem desigualdades.

Palavras-Chave: Política local. Mulheres na política. Vereança. Paraná.

Resumen

Este estudio evidencia el poder legislativo municipal como un espacio estratégico para la construcción de la voz y la diversidad de representaciones, fortaleciendo la presencia de diferentes perspectivas en la política local. El objetivo es evidenciar los retos a los que se enfrentan estas mujeres en su labor, cuestionando cómo las relaciones de poder y de género presentes en los ayuntamientos condicionan su participación y la presentación de agendas. La metodología se basó en un análisis del discurso de entrevistas con 16 concejales de diez municipios ubicados en la región Centro-Sur de Paraná, Brasil, complementado con investigación bibliográfica y consulta de datos secundarios, como los del Tribunal Superior Electoral y del Instituto Paranaense de Desarrollo Económico e Social. Así, se busca comprender cómo las mujeres se insertan en el escenario político y cómo sus trayectorias reflejan desigualdades.

Palabras-Clave: Política local. Mujeres en la política. Concejalía. Paraná.

Abstract

This study highlights the municipal legislature as a strategic space for the construction of voice and diversity of representations, strengthening the presence of different perspectives in local politics. The objective is to highlight the challenges faced by these women, problematizing how power and gender relations found in municipal councils shape their participation and the presentation of agendas. The methodology was based on a discourse analysis of interviews with 16 councilwomen from ten municipalities located in the South-Central region of Paraná, complemented by bibliographic research and consultation of secondary data, such as the Superior Electoral Court and the Institute for Economic and Social Development of Paraná. This approach seeks to understand how women enter the political arena and how their trajectories reveal inequalities.

Keywords: Local politics. Women in politics. City council. Paraná.

Larissa Aparecida Dionizio, Márcia da Silva



Introdução

A conquista do direito ao voto feminino no Brasil, em 1932, e a obrigatoriedade do voto, em 1946, marcaram importantes avanços na inserção das mulheres na esfera política (Pinheiro, 2007). Desde então, observa-se um crescente interesse em análises sobre a participação feminina, sobretudo em instâncias locais, onde se revelam tanto os avanços quanto as persistentes desigualdades de gênero. Apesar do número expressivo de candidaturas femininas, a proporção de mulheres eleitas ainda é reduzida, o que evidencia um cenário político majoritariamente masculino. Essa discrepância não apenas reflete processos históricos e culturais arraigados, que associam a política a um espaço de poder masculino, como também limita a formulação de políticas públicas voltadas a grupos historicamente minoritários (Avelar, 2001).

Sendo assim, a inclusão desse debate amplia a compreensão das dinâmicas políticas, permitindo uma abordagem mais abrangente e inclusiva na formulação de estratégias e na busca por soluções que considerem as necessidades e perspectivas de todas as identidades de gênero:

Incorporar a “perspectiva de gênero” no cotidiano da prática profissional, na análise da realidade ou na construção do conhecimento, convida-nos a uma ressignificação da história, da sociedade, da cultura e da política, a partir das mulheres e com as mulheres. O olhar através da perspectiva de gênero nomeia de outras maneiras as coisas conhecidas e lhes outorga outros significados. Inclui o propósito de revolucionar (desconstruir) a ordem dos poderes entre os gêneros e com ele a vida cotidiana, as relações, os papéis e os estatutos da mulher e do homem. Abrange, de maneira concomitante, mudar a sociedade, as normas, as carências e o Estado (Lisboa; Manfrini, 2005, p. 71).

Essa abordagem oferece uma nova perspectiva para diversas esferas da sociedade, atribuindo novos significados às relações de poder e gênero. O presente artigo insere-se nesse debate a partir da análise de entrevistas realizadas com vereadoras eleitas em dez municípios da região Centro-Sul do Paraná. O objetivo principal é evidenciar os desafios enfrentados por essas mulheres, problematizando como as relações de poder e gênero presentes nas câmaras municipais condicionam sua participação e a apresentação de pautas. Seguido pelo objetivo de traçar o perfil das vereadoras da região, identificando as assimetrias de gênero que marcam sua inserção e permanência na política local.

Para atender aos objetivos da pesquisa, foram realizadas duas etapas metodológicas: a análise de dados secundários e a realização de entrevistas com vereadoras eleitas na região Centro-Sul do Paraná. Na primeira etapa, foram consultados dados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Essas informações permitiram traçar o perfil das mulheres eleitas nas eleições municipais de 2016 e 2020, levando em conta aspectos como escolaridade, raça, filiação partidária e outros. Os dados foram organizados em planilhas e representados em mapas

Larissa Aparecida Dionizio, Márcia da Silva

elaborados no *software* QGIS, com o objetivo de facilitar a visualização e a análise por meio da espacialização.

Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas com 16 vereadoras eleitas em dez municípios da região. O roteiro das entrevistas foi estruturado para acompanhar a trajetória das vereadoras, desde o período anterior à entrada na política, passando pelo ingresso nos partidos, a campanha eleitoral e, por fim, a experiência no exercício do mandato. A análise das entrevistas foi feita por meio da análise de discurso, o que possibilitou identificar os principais desafios enfrentados pelas vereadoras em sua trajetória política e as estratégias utilizadas para fortalecer o lugar de fala das mesmas.

A articulação entre os dados secundários e as entrevistas possibilitou não apenas o perfil das vereadoras eleitas, mas também as relações de poder e gênero que atravessam suas trajetórias políticas. Nesse contexto, as mulheres enfrentam desafios específicos que se manifestam tanto durante as campanhas eleitorais quanto no exercício do mandato. Estereótipos de gênero, desigualdade de oportunidades e a dificuldade em consolidar espaços de fala no parlamento municipal configuram barreiras que limitam sua plena participação. O legislativo municipal, portanto, assume papel central nesse debate, uma vez que a elaboração e a implementação de leis nesse nível têm impacto direto na formulação de políticas públicas (Bohn, 2009).

Gênero e Poder: dinâmicas entre o espaço público e privado

Antes de abordar o tema central deste tópico, que é a persistente tentativa histórica da sociedade de restringir as mulheres aos afazeres domésticos e mantê-las afastadas dos espaços de poder, é importante destacar como essa exclusão também se manifestou nas universidades, especialmente no âmbito da ciência geográfica. A seguir, a literatura apresentará como, durante muito tempo, os estudos produzidos por mulheres ou que as apresentavam como objeto de análise foram mantidos à margem dos principais debates acadêmicos.

Foi a partir das reivindicações feministas que a discussão sobre gênero passou a ser incorporada à produção científica e ao meio universitário (Silva, 2009), o que, segundo Avelar (2001), também impulsionou a luta pela presença das mulheres em espaços de poder, especialmente na política. Para Scott (1995), esses movimentos contribuíram para o surgimento dos estudos de gênero, voltados à análise das desigualdades estruturais entre homens e mulheres e de suas consequências sociais, políticas e espaciais.

Sendo assim, a Geografia passou a incorporar a perspectiva feminista em seus estudos a partir da atuação de pesquisadoras que reinterpretaram conceitos e categorias geográficas sob a ótica de gênero (Monk; Ramon, 1987). Essa abordagem contribuiu para ampliar e transformar a compreensão sobre o espaço e sobre as relações sociais que nele se desenvolvem, como explica Massey (1999, p. 180):

[...] O gênero tem estado profundamente implicado na construção da geografia – geografia como desenvolvimento desigual ou variação regional e especificidade local (e na construção dessas coisas, não apenas na existência delas), geografia como um discurso

acadêmico/intelectual e conjunto de instituições sociais, e geografia em termos de seus conceitos fundadores e sistemas de conhecimento. Em particular – o foco aqui – o gênero é significativo para as construções geográficas de espaço e lugar.

Esse movimento deu origem ao que posteriormente foi denominado de Geografias Feministas e/ou Geografia de Gênero¹, um ramo que busca compreender como o espaço e o território são construídos e vivenciados de forma diferenciada a partir das relações de gênero:

As geógrafas feministas entendiam que as questões de gênero, que envolvem as relações de dominação/ subordinação, não podiam ser tratadas de forma isolada, mas sim, intrinsecamente às lutas de classes, para superar a totalidade dos sistemas de exploração presentes nas sociedades, implicando, assim, a abolição de outras formas de opressão, entre elas a opressão das mulheres (Silva, 2009, p. 33).

O movimento das geógrafas feministas investigou as conexões entre gênero e espaço, destacando como essas dimensões se influenciam e expondo as estruturas que naturalizam a organização socioespacial (Silva, 2009). Nesse contexto, Silva (1998) observa que, em um primeiro momento, as pesquisadoras feministas voltaram-se para o estudo das mulheres que passaram a se tornar visíveis tanto na sociedade quanto na academia. Esses trabalhos buscavam revelar a mulher como um sujeito atuante e pensante, por meio de resgates históricos, biografias e análises que destacavam sua participação e contribuição nos diversos campos sociais.

A abordagem crítica da Geografia Feminista revela a construção social dos espaços como perpetuadora de desigualdades, ao mesmo tempo que identifica possibilidades de resistência e transformação, promovendo uma análise voltada à justiça social e à desconstrução de opressões:

A Conquista da hegemonia do saber geográfico branco, masculino e heterossexual se dá pelas relações de poder que se praticam sobre o conjunto social. Contudo, os grupos subordinados são ativos e exercem um contrapoder à ordem estabelecida. O poder apresenta fissuras e implica múltiplos feixes de relações. Assim, a subordinação das pessoas ao discurso hegemônico se estabelece por meio de tensões, que desestabilizam a pretensa universalidade científica. Nessa perspectiva, emergiam as chamadas “Geografias feministas”, desenvolvidas com o objetivo de desafiar a crença fundamentalista da universidade do saber geográfico estabelecido, por meio da reivindicação de novas versões científicas que pudessem trazer para a visibilidade grupos repudiados pelo conhecimento hegemônico (Silva, 2009, p. 26, grifo nosso).

Dessa forma, a produção de estudos sob a ótica da Geografia Feminista evidenciou a necessidade de desenvolver abordagens metodológicas e

1 A Geografia de gênero não é “Geografia das ou de mulheres”, pois assim pareceria que só estudaríamos a metade da humanidade e que somente as mulheres poderiam fazer uma Geografia Feminista (Silva, 1998, p. 107).

epistemológicas capazes de revelar as múltiplas dimensões do território, considerando suas diferenciações internas e as relações de poder nelas inscritas (Silva, 2003). De acordo com Rose (1993), a Geografia, nesse período, tinha como prática habitual a descrição dos elementos presentes no espaço, a análise de dados quantitativos e a releitura de documentos oficiais, sempre partindo da percepção masculina sobre esses aspectos.

A partir disso, a iniciativa de romper com as abordagens tradicionais partiu de pesquisadoras mulheres, que identificaram a necessidade de reformular os modos de fazer pesquisa. Esse movimento levou à construção do conceito de espaço paradoxal, que compreende o território feminino como simultaneamente presente e desigual (Silva, 2003). Trata-se de um espaço onde, apesar da opressão, surgem táticas de resistência e estratégias de desconstrução da ordem hegemônica:

O espaço paradoxal constitui-se numa interessante construção metodológica na Geografia, sendo complexo, pois envolve variadas articulações e dimensões. Qualquer mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social (Silva, 2003, p. 40).

O espaço do “outro” – neste caso, o feminino – não se encontra à margem da sociedade, mas está inserido de forma ativa e influente dentro do território, onde interfere e tensiona a lógica dominante (mesmo que a sociedade não perceba e assuma). Segundo Rose (1993, p. 27) “é como se as geógrafas do tempo e feministas se referissem a um mundo de cuidado e nutrição do qual a Geografia Tradicional não consegue deixá-las falar (as restrições à escrita da Geografia “adequada”)”.

Nesse contexto, a geógrafa Gillian Rose ressalta a importância de estudos que não se limitem a observar apenas as desigualdades espaciais que afetam as mulheres, mas que também incorporem a dimensão temporal. Essa abordagem integrada, é denominada “Caminhos Temporais e Espaciais das Mulheres” (Rose, 1993, p. 22), no qual evidencia-se como as desigualdades de gênero moldam o uso cotidiano do tempo e do espaço.

Rose (1993) mostra que, em razão dos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, especialmente os relacionados ao cuidado com o lar e a família, elas enfrentam restrições significativas quanto à mobilidade e à gestão do tempo. Com recursos limitados, precisam reorganizar suas rotinas para conciliar múltiplas tarefas, o que revela padrões distintos de uso do tempo e do espaço entre homens e mulheres, reforçando as contradições e disputas presentes nos territórios.

Dessa forma, as desigualdades espaciais observadas por Rose (1993) no cotidiano das mulheres resultam de uma longa construção histórica que as associou ao espaço privado e subordinou sua presença no espaço público. As restrições impostas à mobilidade e ao uso do tempo não são apenas questões práticas, mas expressões concretas de um sistema patriarcal que organiza a vida social com base na divisão sexual do trabalho e na hierarquização dos espaços. Saffioti (1976) destaca que as mulheres sempre estiveram vinculadas ao âmbito doméstico e tiveram seu acesso aos espaços de poder restringido, condição essa que foi e é reforçada por formas de dominação simbólica que

naturalizam e perpetuam sua exclusão.

A partir disso, Biroli (2018) compreende que a separação entre esfera pública e privada consolidou funções diferenciadas: às mulheres cabiam o lar e os cuidados familiares, enquanto aos homens se destinavam a política e o mercado de trabalho. Consequentemente, essa divisão resultou na ocupação de espaços distintos por mulheres e homens. Massey (1999, p. 179) corrobora ao explicar:

A limitação da mobilidade das mulheres, tanto em termos de identidade quanto de espaço, tem sido, em alguns contextos culturais, um meio crucial de subordinação. Além disso, as duas coisas - a limitação da mobilidade no espaço, a tentativa de consignação / confinamento a lugares específicos, por um lado, e a limitação da identidade, por outro - foram crucialmente relacionadas ao lar.

As concepções de feminilidade, moldadas por ideais patriarcais, influenciam os papéis sociais atribuídos às mulheres. Segundo Pateman (1993), a liberdade civil dos cidadãos se sustenta sobre uma base patriarcal, na qual as mulheres são subordinadas no espaço doméstico, especialmente na teoria do contrato social. A autora ressalta que a compreensão do domínio público depende da esfera privada, pois a igualdade prometida no público se apoia na manutenção de hierarquias privadas, particularmente do domínio masculino.

Rose (1993) complementa que essas funções femininas variam conforme contexto geográfico e classe social, mas permanecem ligadas ao cuidado da casa, dos filhos e dos idosos. Historicamente, o trabalho doméstico das mulheres, embora muitas vezes invisibilizado e desvalorizado, contribuiu de forma significativa para a construção de riquezas sociais, culturais e econômicas, como explica Saffioti (1976, p. 32):

A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares ela tem contribuído para a subsistência de sua família e para criar riqueza social [...] enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental.

Ao assumirem a responsabilidade pelo cuidado da casa, dos filhos e de familiares, as mulheres possibilitaram que os homens se dedicassem à vida pública, à política, à ciência e a outras esferas socialmente valorizadas (Rose, 1993; Saffioti, 1976). Esse trabalho invisível, embora não remunerado, sustentou por séculos o funcionamento das estruturas sociais, envolvendo cuidado familiar, organização do lar e educação das crianças, com impacto direto no desenvolvimento das sociedades (Saffioti, 1976).

A relegação feminina ao espaço doméstico contribuiu para o silenciamento de suas vozes e restringiu sua participação em esferas públicas, como mercado de trabalho, política e educação superior. No âmbito profissional, essa lógica se manifesta na naturalização da desigualdade salarial e na limitação das aspirações femininas, resultando em desvalorização e baixa remuneração (Saffioti, 1976).

[...] com o surgimento do capitalismo e, com parte dele, da força imperativa da acumulação regida pela busca constante e crescente de lucros, todas as relações sociais inclusive na família, assumem características específicas, definidas e demarcadas pelas relações sociais de produção necessárias ao desenvolvimento do sistema (Sardenberg; Costa, 1994, p. 87).

Como consequência, a competição entre os gêneros no mercado de trabalho torna-se desigual, reforçando a marginalização feminina e perpetuando estereótipos de gênero. Nesse sentido, destaca-se que muitas mulheres deixaram de lutar ou sequer conheceram as pautas de luta, pois estavam reclusas dos espaços públicos, atuando exclusivamente em suas casas e em funções familiares:

A tentativa de confinar as mulheres à esfera doméstica foi tanto um controle especificamente espacial quanto, por meio dele, um controle social sobre a identidade. Mais uma vez, “O lugar da mulher?” ilustra esse tema, apontando para a importância específica (embora não única) da separação espacial entre casa e local de trabalho para gerar consternação em certos setores com as mulheres se tornando “economicamente ativas” (Massey, 1999, p. 179–180).

O confinamento das mulheres ao espaço doméstico não apenas restringiu sua mobilidade, mas também limitou seu acesso ao conhecimento sobre o território em que viviam (Pateman, 1993). Saffioti (1976) chama atenção para a interação entre fatores biológicos e sociais na conformação da posição das mulheres no mundo do trabalho, demonstrando como elementos naturais, como a gestação, são frequentemente utilizados para justificar desigualdades que, na verdade, têm origem em construções sociais, bem como, o gênero.

Assim, compreende-se que a exclusão das mulheres da esfera pública é estrutural e historicamente legitimada por normas que associam o feminino ao cuidado e à fragilidade. Esse processo se materializa ao longo do tempo por meio da separação entre o mundo do trabalho, associado ao público, e o da família, associado ao doméstico ou privado, “estabelecendo-se assim, uma separação entre o mundo do trabalho (o público) e o da família (o doméstico ou privado)” (Sardenberg; Costa, 1994, p. 87). No caso da política, a inclusão efetiva de grupos historicamente marginalizados, como as mulheres, é condição indispensável tanto para o enfrentamento das desigualdades estruturais quanto para o aprofundamento da democracia (Sanchez, 2017).

Da exclusão estrutural à representatividade: mulheres e política

Segundo Avelar (2001), compreender a trajetória das mulheres na política exige o esforço de trazer à tona aquilo que foi historicamente ocultado ou silenciado. Durante séculos, as mulheres foram vinculadas quase exclusivamente ao ambiente privado, associado ao lar e à família, enquanto lhes era negado o acesso ao espaço público e político. Como consequência, suas experiências e vozes permaneceram invisíveis nos registros oficiais, sendo necessário interpretar essas ausências e recuperar trajetórias esquecidas para compreender

sua efetiva presença na vida política (Saffioti, 1976; Pateman, 1993).

Essa exclusão esteve ancorada em uma concepção de poder político construída como extensão da autoridade masculina. Pateman (1993) explica que, historicamente, o poder se sustentou na separação entre o poder paterno — restrito ao âmbito doméstico — e o poder político, exercido no espaço público por meio das instituições. Nesse modelo, apenas os homens eram reconhecidos como sujeitos racionais e, portanto, aptos a ocupar cargos de poder. As mulheres, em contrapartida, eram associadas ao campo das emoções e confinadas ao espaço privado, o que resultava em sua exclusão da vida pública e na limitação de sua cidadania, reservada sobretudo aos homens proprietários de bens (Rose, 1993).

Diante desse cenário de exclusão, o movimento feminista emergiu como contestação e organizou-se em torno de diferentes demandas, variando conforme o contexto histórico e social de cada país. Mobilizações articularam-se em defesa do acesso à educação, ao trabalho e aos direitos políticos, com destaque para a conquista do voto (Alves; Pitanguy, 2017; Sardenberg; Costa, 1994). A luta pelo sufrágio representou um marco decisivo, pois não apenas ampliou a presença feminina na política, mas também consolidou o feminismo como um processo de transformação social (Alves; Pitanguy, 2017). Ao mesmo tempo, no início do século XX, reivindicações feministas também englobavam reformas trabalhistas, acesso à educação e a implementação de políticas sociais (Avelar, 2001).

No Brasil, o feminismo assumiu contornos próprios ao se desenvolver em meio às desigualdades de gênero, raça e classe, defendendo não apenas a inclusão das mulheres, mas também transformações estruturais na sociedade (Avelar, 2001; Sardenberg; Costa, 1994). As mobilizações, que ganharam força até a década de 1930, culminaram na promulgação do Código Eleitoral de 1932, que instituiu o direito ao voto feminino, ainda de forma restrita. Somente em 1946 o sufrágio foi ampliado, tornando-se obrigatório e sem limitações (Pinheiro, 2007).

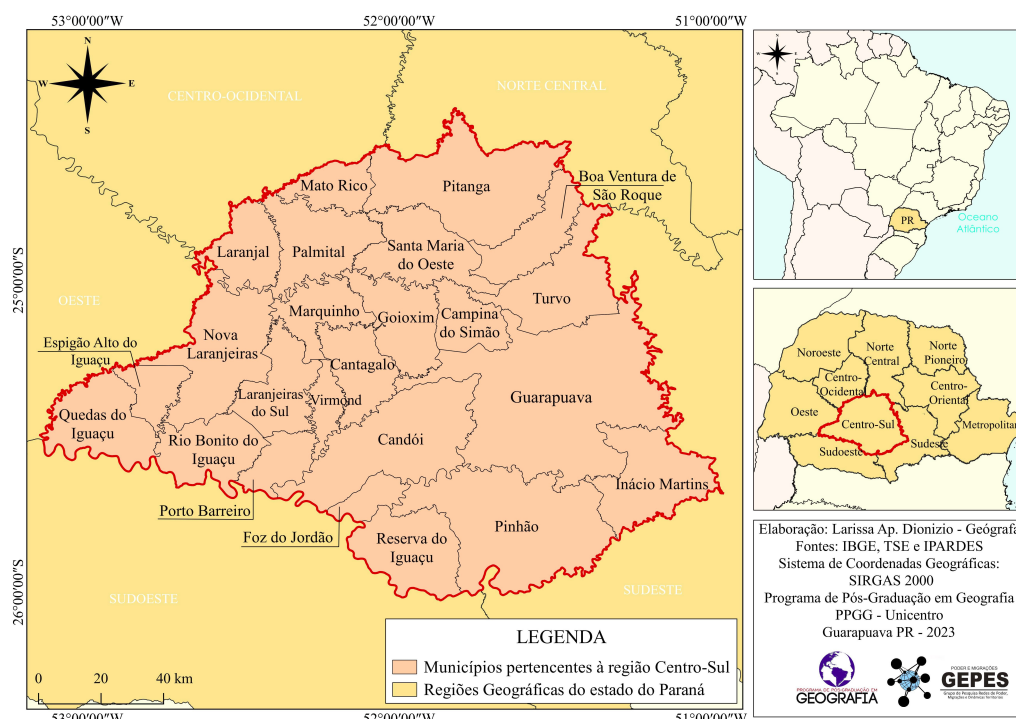
A política local e o perfil das eleitas na região Centro-Sul paranaense

A literatura discutida ao longo deste estudo permite compreender a relevância da elegibilidade feminina na política, especialmente no âmbito local, que inclui prefeituras e câmaras de vereadores. Ao assumirem cargos na gestão municipal, as mulheres passam a incorporar perspectivas, experiências e demandas frequentemente negligenciadas em contextos historicamente dominados por homens (Avelar, 2001; Bohn, 2009).

Nesse contexto, este tópico tem como objetivo analisar o perfil das mulheres eleitas para cargos políticos municipais na região Centro-Sul do Paraná. Para tanto, serão utilizados dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com o intuito de identificar tanto a quantidade de mulheres eleitas quanto os cargos que apresentam maior ou menor representatividade feminina, possibilitando uma compreensão mais precisa da participação efetiva das mulheres na política local.

Sendo assim, de acordo com a Lei Estadual nº 15.825/08², a região Centro-Sul é composta por 24 municípios³, os quais estão apresentados na Figura 1.

Figura 1 - Municípios que compõem a região Centro-Sul do estado do Paraná



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (2022) e IPARDES (2012)..

De modo geral, é importante destacar que a região Centro-Sul do Paraná é conhecida pelo seu conservadorismo e predominância de grupos familiares detentores de poder (Silva, 2005). Este cenário é resultado de uma combinação de fatores históricos e culturais que moldaram a região ao longo do tempo, destacando a influência dos grupos familiares que se estabeleceram na área desde os tempos da colonização, como explica Abreu (1986, p. 123):

Nas regiões Centro-Oeste e Sul do Paraná, atingidas pela expansão da Sociedade Tradicional Campeira, reproduziu-se o mesmo estilo de vida patriarcalista baseado na aristocracia fazendeira, como também foram frequentes as uniões interfamiliares como preservação da grande propriedade. Os vestígios da infraestrutura daquele sistema, baseado no latifúndio, perduram ainda atualmente.

De acordo com Silva (2005, p. 153), o poder político local exerce uma forte influência nessas regiões e isto pode apresentar obstáculos significativos para a entrada nos espaços de poder de novos grupos políticos, incluindo as mulheres

2 A Lei Estadual nº 15.825/08 é a legislação que define a Região Geográfica do Paraná, alterando os limites das mesorregiões geográficas do IBGE para o Estado. Esta lei estabeleceu que a Região Geográfica do Paraná seria composta por 10 regiões, com a inclusão de alguns municípios (Palmas, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Mangueirinha) na Região Sudoeste, alterando a divisão anterior do IBGE (IBGE, 2019).

3 Os municípios são: Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Cândói, Cantagalo, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Inácio Martins, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Mato Rico, Nova Laranjeiras, Palmital, Pinhão, Pitanga, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Santa Maria do Oeste, Turvo e Virmond.

em particular.

Nessa relação, o voto reafirma, a cada eleição, o poder dos grupos e das famílias tradicionais na política local, mesmo que isso não represente uma participação do grupo ou da família enquanto tal, mas apenas de alguns de seus membros, legitimando ou desestruturando atores coletivos.

Assim, é evidente a relação entre territórios conservadores de poder e suas escolhas políticas, que muitas vezes se caracterizam por um grupo fechado de amigos ou familiares com interesses políticos e pessoais semelhantes (Denez, 2018). Esta dinâmica pode limitar a abertura para novos grupos ou indivíduos integrarem o parlamento e participarem da construção do território (Silva, 2005), especificamente o grupo feminino.

Em vista disso, ressalta-se que, dentre os 24 municípios que integram a região em questão, Guarapuava destaca-se como o mais populoso segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), sendo 182.093 habitantes no município. Dessa forma, trata-se do município mais antigo da região e que foi responsável por emancipar outros municípios, sobretudo municípios que cabem ao recorte territorial da região Centro-Sul, o que contribuiu para a formação de laços familiares ainda mais conhecidos e abrangentes, dificultando a inserção de grupos não conhecidos ou minoritários se conciliarem com a política local (Silva, 2005).

No cenário político local, os grupos familiares e/ou de amizade exercem forte domínio, estruturando as relações de poder e as dinâmicas de gênero nesse território. Conforme destaca Silva (2005), esses grupos apresentam características tradicionais de dominação, o que evidencia uma longa trajetória de concentração de poder nas mãos de poucas famílias. Esse controle político é reproduzido ao longo do tempo, com mandatos sendo transmitidos entre pais, filhos e parentes próximos (Denez, 2018). A tabela 1, a seguir, ilustra esse contexto ao apresentar os resultados das eleições municipais de 2016 e 2020, comparando o número de mulheres candidatas e eleitas nos municípios da região Centro-Sul.

Tabela 1 - Mulheres candidatas e eleitas na região Centro-Sul do Paraná, nas eleições municipais (2016 e 2020)

Municípios	2016		2020	
	Candidatas	Eleitas	Candidatas	Eleitas
Boa Ventura de São Roque	12	2	17	2
Campina do Simão	15	1	18	1
Candói	20	0	31	1
Cantagalo	29	2	29	1
Espigão Alto do Iguaçu	12	1	16	2
Foz do Jordão	18	2	29	3
Goioxim	13	1	39	2
Guarapuava	78	2	101	4
Inácio Martins	22	1	22	0
Laranjal	19	2	17	1

Larissa Aparecida Dionizio, Márcia da Silva

Laranjeiras do Sul	44	2	50	1
Marquinho	9	0	13	0
Mato Rico	8	2	14	1
Nova Laranjeiras	14	1	20	1
Palmital	12	2	26	1
Pinhão	33	2	45	1
Pitanga	48	2	49	2
Porto Barreiro	13	4	14	2
Quedas do Iguaçu	29	2	49	3
Reserva do Iguaçu	20	0	18	0
Rio Bonito do Iguaçu	18	1	18	0
Santa Maria do Oeste	16	2	26	3
Turvo	18	0	22	0
Virmond	16	1	20	2

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2023) e IPARDES (2012).

De acordo com os dados apresentados na tabela, é possível observar que alguns municípios não elegeram representantes mulheres nas eleições municipais de 2016 e 2020, como é o caso de Marquinho, Rio Bonito do Iguaçu e Turvo. Embora estes municípios tenham tido um número significativo de candidatas, nenhuma delas foi eleita. Por outro lado, há municípios que conseguiram aumentar a participação de mulheres na política local, como é o caso de Guarapuava e Foz do Jordão.

A análise dos dados sobre as eleições de 2016 e 2020 (TSE, 2023) permitiu traçar o perfil das mulheres eleitas na região, evidenciando algumas tendências importantes. Em 2016, foram eleitas 35 mulheres: 32 se declararam brancas, 2 pardas e apenas 1 preta. Quanto à filiação partidária, o PSDB se destacou com seis mulheres eleitas, seguido pelo PPS (atual Cidadania) e pelo PSD, com cinco cada. Observa-se que os partidos com maior número de representantes femininas geralmente são aqueles mais consolidados e com maior reconhecimento histórico no país ou no estado.

Em 2020, algumas tendências se mantiveram, enquanto outras mudaram. Partidos tradicionais, como o PT, continuaram presentes, mas outros apresentaram alterações significativas. O PSC, por exemplo, aumentou de três para cinco mulheres eleitas, enquanto o PCdoB não elegeu nenhuma mulher na região nesse pleito.

Ao comparar os resultados de 2016 e 2020, percebe-se um crescimento da presença de partidos de centro-direita e uma redução da representatividade dos partidos de esquerda. Esse cenário pode estar relacionado ao contexto político nacional de 2020, segundo Paula (2022), marcado por um governo federal de direita, que fortaleceu candidaturas alinhadas a discursos conservadores e de defesa da família cristã.

Partidos como Republicanos, Cidadania e PSL se destacaram nesse período, refletindo o impacto da política nacional nas eleições locais. O resultado demonstra como o fortalecimento de partidos de direita e centro-direita após as Eleições Gerais de 2018 influenciou a composição política municipal, ampliando sua visibilidade junto ao eleitorado.

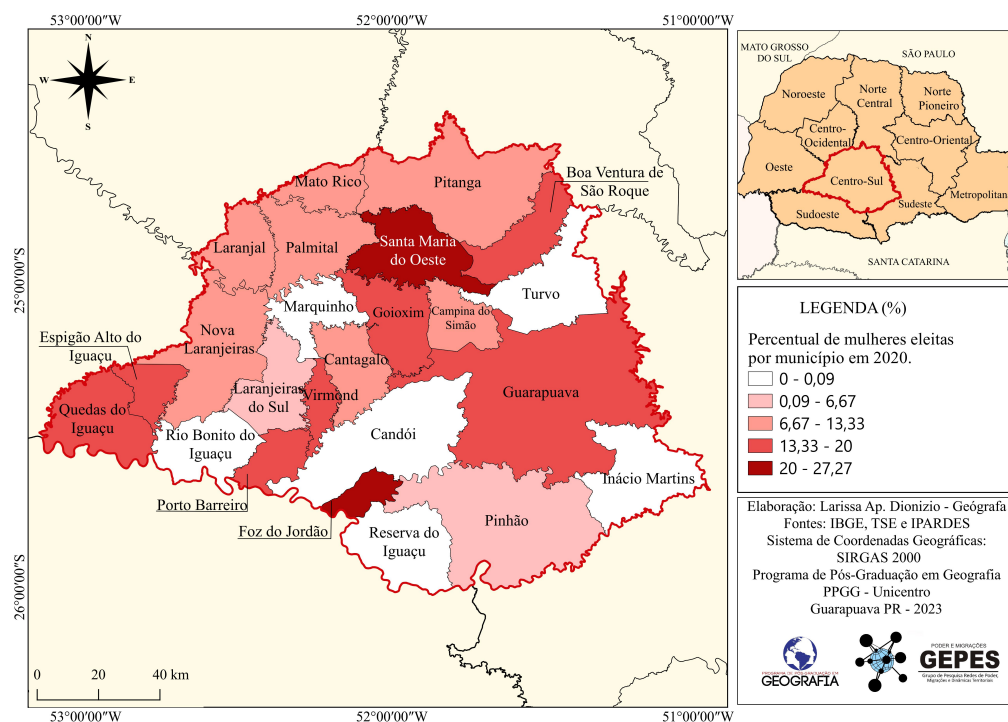
Entretanto, mesmo com o surgimento de novos partidos, a

Larissa Aparecida Dionizio, Márcia da Silva



representatividade feminina em nível local permaneceu restrita. Na região Centro-Sul do Paraná, foram eleitas 34 mulheres em 2020. Em localidades como Boa Ventura de São Roque, Pitanga e Campina do Simão, o número de mulheres eleitas manteve-se igual ao registrado em 2016. Já em Turvo, Marquinho e Rio Bonito do Iguaçu, não houve mulher eleita em ambos os pleitos. Nos demais municípios, observaram-se variações, com aumentos ou reduções na quantidade de representantes, conforme ilustrado na Figura 2, que apresenta a distribuição das mulheres eleitas em 2020.

Figura 2 - Percentual de mulheres eleitas por município na região Centro-Sul do Paraná (2020)



Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2023) e IPARDES (2012).

A análise do mapa mostra que a presença de mulheres eleitas ainda está em desenvolvimento, os municípios de Santa Maria do Oeste e Foz do Jordão tiveram os maiores percentuais, entre 20% e 27,27%. Em cidades como Guarapuava, Quedas do Iguaçu, Palmital e Goioxim, a participação foi moderada, variando entre 13,33% e 20%. Já em locais como Marquinho, Rio Bonito do Iguaçu e Candói, a representação feminina foi quase nula. Todavia, destaca-se que, em números absolutos, o município de Guarapuava se sobressai com quatro mulheres eleitas, o maior número da região, fato que também se explica pelo município possuir a maior população e o maior número de eleitores da região em comparação aos demais municípios.

Essa disparidade na participação feminina reforça a análise de Costa e Gonçalves (2021, p. 108-109), que apontam os fatores que explicam a baixa representatividade das mulheres nos espaços de poder e decisão, especialmente no âmbito política, uma questão perpetuada ao longo dos anos:

A participação das mulheres nos espaços de poder seja no Congresso, Assembleias ou Câmaras municipais são muito poucas. A igualdade

de gênero e a ampliação da participação das mulheres nos espaços institucionais de poder apresentam um grande desafio. Enfrenta-se uma grande dificuldade que é a de se viver em uma sociedade machista, muito violenta ainda com relação às mulheres e que reproduz no imaginário popular que a política não é “coisa de mulher” e isso acaba tendo impacto negativo até mesmo na disposição das mulheres de participarem ativamente de campanhas eleitorais, de partidos, de poderem serem realmente competitivas em um processo eleitoral (Costa; Gonçalves, 2021, p. 108-109).

Os autores destacam que a baixa representatividade feminina na política decorre de diversos fatores, especialmente da falta de apoio financeiro e estrutural às candidatas. Mesmo com a existência de leis e cotas de gênero nos partidos, muitas mulheres ainda enfrentam dificuldades para viabilizar suas candidaturas. Além disso, parlamentares já eleitas possuem maior facilidade para a reeleição, o que dificulta a entrada de novas mulheres na política (Costa; Gonçalves, 2021).

Essa dinâmica também se reflete nos cargos ocupados pelas mulheres eleitas, concentrados principalmente no Legislativo municipal. No caso da região estudada, apenas o município de Goioxim elegeu uma mulher para o cargo de prefeita em 2016, que foi reeleita em 2020. Nos demais municípios, a participação feminina no Executivo ocorreu apenas por meio do cargo de vice-prefeita. Mesmo assim, a maior presença feminina em 2020 continuou no Legislativo, com 28 vereadoras eleitas, o que confirma a tendência de maior inserção das mulheres nesse espaço e evidencia a persistente desigualdade de gênero nos cargos de maior poder político.

Sob outra perspectiva, observa-se também uma mudança no perfil racial das representantes eleitas. Houve um aumento no número de mulheres pardas, que passaram a ocupar quatro cadeiras. Ainda assim, a predominância das mulheres brancas permanece, revelando a continuidade das desigualdades raciais e de classe no acesso e na permanência nos espaços políticos. Essa análise demonstra que, embora haja avanços na participação feminina, fatores estruturais ligados a gênero, raça e classe continuam condicionando a representatividade política na região.

As desigualdades sociais e econômicas que afetam de maneira desproporcional as mulheres pardas são fatores que contribuem para essa disparidade, dando sentido às discussões do campo da interseccionalidade:

A interseccionalidade é fundamental para se compreender que não há um único tipo de opressão e que a ocorrência de um tipo não exclui os demais tipos de opressão dos quais o indivíduo pode ser alvo [...] a abordagem interseccional é, portanto, essencial para a análise da participação feminina na política na medida em que, por meio dela, atestamos que, além dos fatores que obstaculizam a participação feminina na política, como a discriminação de gênero, a desigualdade entre homens e mulheres, as mulheres negras contam com mais um obstáculo a ser enfrentado: o racismo estrutural (Silva; Souza; Moreira, 2023, p. 111).

Ademais, ao lado da questão racial, o nível de escolaridade constitui uma variável decisiva para compreender a inserção das mulheres na política local. Entender quem são essas mulheres e quais trajetórias as conduzem aos espaços de poder permite identificar tanto os grupos que têm conseguido avançar quanto aqueles que ainda enfrentam barreiras significativas. Nesse sentido, o crescimento do número de mulheres com ensino superior, de 18 para 21 representantes, evidencia que a escolaridade e a experiência profissional continuam sendo critérios frequentemente associados à comprovação de competência. Tal exigência, contudo, aparece de forma mais intensa para as mulheres do que para os homens, conforme destacam Miguel e Queiroz (2006).

Dessa forma, ao analisar a participação das mulheres na política, compreende-se que a inserção feminina nos espaços de poder é resultado da interação entre múltiplos fatores (raça, escolaridade, trajetória profissional e filiação partidária) que podem tanto favorecer quanto restringir suas oportunidades. No caso da região Centro-Sul do Paraná, por exemplo, observa-se que a maioria das mulheres eleitas em 2020 compartilhava um perfil relativamente homogêneo, eram majoritariamente brancas, possuíam ensino superior completo e estavam exercendo mandatos no Legislativo municipal (TSE, 2023).

O lugar de fala e a representação política das mulheres nos espaços de decisão

A produção do lugar de fala é fundamental para a representatividade nos espaços de poder, especialmente quando diferentes grupos estão presentes na política local. Segundo Ribeiro (2019) no caso das mulheres, à medida que ocupam mais cargos e assumem posições de liderança, a dinâmica desses espaços muda, antes dominada por vozes masculinas. A participação feminina não apenas quebra paradigmas de gênero, mas também traz experiências e perspectivas que refletem a realidade de metade da população.

É evidente a importância da diversidade na política, incluindo diferentes grupos, culturas, etnias, cores e raças. Grupos diversos tendem a propor políticas que atendam às necessidades específicas de suas comunidades. Por outro lado, um ambiente político homogêneo reforça desigualdades. Por isso, é essencial entender a relação entre representatividade, participação e construção do lugar de fala. Como observa Ribeiro (2019, p. 64):

[...] pensar lugar de fala é uma postura ética, pois saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza racismo e sexismo [...] comumente ouvimos é de que o conceito de lugar de fala visa restringir a troca de ideias, encerrar uma discussão ou impor uma visão.

Por isso, a formação de um espaço político diversificado é cada vez mais importante. Cada grupo deve ter seus representantes e seu próprio lugar de fala, permitindo que suas dificuldades e conquistas sejam conhecidas. Para Phillips (2001) o lugar de fala feminino começou a se consolidar quando os

homens deixaram de ser os únicos a representar as mulheres. Isso revelou a necessidade de que mulheres brancas cedessem espaço para mulheres negras, heterossexuais para lésbicas e de classe média para mulheres da classe trabalhadora.

Segundo Avelar (2001), ampliar a representatividade dos grupos na política resulta em decisões mais inclusivas e sensíveis às necessidades de todos, fortalecendo a democracia e a participação cidadã.

Rezende (2020, p. 308), corrobora:

[...] pode-se dizer que a representação de mulheres teria como impacto a introdução de novos temas na agenda política e a ampliação do conhecimento para que as decisões se tornem mais justas, na medida em que incorporam a perspectiva de diferentes atores, relacionados a perspectivas sociais diversas.

Entretanto, a participação das mulheres na política ainda é marcada por inúmeros desafios, conforme discutido ao longo deste texto, em grande parte porque elas continuam sendo minoria nesses espaços. Dessa forma, para aprofundar o entendimento sobre a construção e o desenvolvimento do espaço de fala das mulheres eleitas para o legislativo na região Centro-Sul do Paraná, foram realizadas 16 entrevistas com vereadoras. As entrevistas seguiram um roteiro estruturado, mas foi assegurado às participantes o direito de intervir ou comentar de forma aberta sobre qualquer tema específico, além de manter o anonimato das mesmas.

Inicialmente, o roteiro abordou o histórico pessoal das vereadoras, seguindo-se perguntas sobre o processo de candidatura e, posteriormente, sobre sua atuação política após a eleição. O objetivo principal dessas questões foi analisar a integração das mulheres na política local, investigar experiências de preconceito ou desigualdade de gênero e compreender os desafios enfrentados ao apresentar seus projetos na câmara, além de outros aspectos que possibilitam compreender suas trajetórias políticas.

Determinadas entrevistas ocorreram presencialmente, enquanto outras foram realizadas por videochamada ou ligação telefônica. As entrevistadas foram divididas em dois grupos: vereadoras de primeiro mandato, totalizando 13, e vereadoras de segundo mandato, somando 3 participantes.

Inicialmente, as eleitas ressaltaram como ocorreu o seu interesse pela atuação política partiu principalmente por acontecimentos pessoais ou pelas questões sociais que observavam diariamente em seus municípios e que desejavam resolver:

Eu sei muita informação sobre os municípios, sabe? O município completou 26 anos. Portanto, testemunhei todo esse processo de emancipação, visto que desde minha infância, enquanto morava aqui, vi acontecer ao longo desses anos. Tenho um amplo conhecimento sobre a comunidade e as pessoas. Muitos indivíduos que sempre vinham procurar ajuda expressavam suas queixas. É uma característica típica brasileira, não é? As pessoas tendem a reclamar quando as coisas não vão bem, quando há problemas e quando nada parece funcionar. Isso afeta sempre aqueles em situação mais

Larissa Aparecida Dionizio, Márcia da Silva

vulnerável, os mais carentes, que continuamente sofrem e precisam de políticas públicas que realmente surtam efeito. Foi assim que despertou em mim o interesse pela política. Pensei: "Vou fazer política, vou me envolver, porque quero entender por que as coisas não funcionam. Quero entender a razão pela qual nada parece dar certo." É frustrante perceber que as pessoas que têm o poder de fazer algo lá em cima muitas vezes não o fazem. Foi assim que nasceu meu interesse pela política (Entrevistada 1, 2023).

Em alguns casos, antes de desenvolver interesse de atuação na esfera política, a vereadora já exercia papéis de destaque em seu município, especialmente em iniciativas ligadas à comunidade local:

Sempre fui convidada para participar, né? Na época das eleições, porém nunca me candidatei, mas já faço parte da APAE há 29 anos, fundei duas APAES, inclusive no meu município fui eu quem fundei em 2007. Então, outra vereadora, me convidou para fazer parte de um grupo político. Eu falei, olha, tudo o que não fiz até hoje, farei agora. Foi quando tomei a decisão de entrar na política. Me candidatei, me elegi, né? Antes disso, como já mencionei, sempre estive à frente da APAE. Fundei a APAE em Tijucas do Sul em 1998 e a daqui do meu município em 2007 (Entrevistada 2, 2023).

Além disso, o comprometimento com o bem-estar da comunidade local serviu como inspiração e motivação para a decisão de se candidatar. Ao presenciarem os desafios e carências enfrentados pela população, as vereadoras optaram por ingressar na política com o propósito de contribuir para a mitigação dessas questões:

Fui professora por 34 anos e diretora de uma escola estadual por 17 anos. Atendi diversas clientelas de todos os bairros. Assim, conheci a cidade e sua população através do meu trabalho. Aposentei-me em 2018, mas sentindo que ainda poderia contribuir, inscrevi-me para ser conselheira tutelar e fui eleita. Atuei nessa função por 7 meses, porém logo em seguida abri mão dela para me candidatar a vereadora, algo para o qual não havia me programado. Mas percebi que, tanto pelas experiências no Conselho Tutelar quanto pelos 34 anos na escola, havia uma clara necessidade de uma boa política e de alguém que trabalhasse em benefício das pessoas. No Conselho Tutelar, senti que precisava agir, que não podia me manter inerte diante das situações que presenciava. Durante esses 7 meses, vivenciei situações que me marcaram profundamente, um acúmulo de experiências de anos (Entrevistada 3, 2023).

A percepção dos problemas sociais em seus municípios foi a principal motivação para muitas candidaturas. Em grande parte dos casos, o convite para concorrer surgiu do reconhecimento pelo trabalho que essas mulheres já desenvolviam em suas comunidades. Entre as 16 entrevistadas, apenas 3

relataram ter familiares com histórico de atuação política, mas destacaram que isso não influenciou diretamente suas trajetórias. Como afirmou a entrevistada 3 (2023): “o que realmente me levou à política não foi algo familiar, mas sim a necessidade que percebi e as demandas existentes. Na política, você tem mais possibilidades de fazer algo pelo povo”.

Segundo Medeiros e Chaves (2017), em muitos contextos, a inserção das mulheres na política ocorre por meio de vínculos familiares, de modo que elas assumem a continuidade do trabalho de seus parentes e tornam-se herdeiras políticas. No entanto, observa-se também um grupo de mulheres que ingressa na vida pública sem essas conexões, motivado principalmente pelas demandas sociais de seus grupos e pela vontade de representar os interesses da comunidade.

De modo geral, poucas das vereadoras eleitas possuíam vínculos familiares diretos com a política. A maioria construiu sua trajetória a partir de experiências em secretarias ou conselhos municipais, desempenhando funções voltadas ao cuidado, à gestão social e ao atendimento das demandas comunitárias, o que por sua vez, corrobora com a colocação de Lüchmann e Almeida (2010, p. 92):

A presença de maior número de mulheres nos Conselhos das áreas sociais pode estar associada, em parte, assim, à concepção sobre sua suposta competência intrínseca para os temas enquadrados como sociais e sua ética pautada nos princípios da “solidariedade” e “sensibilidade”.

Com base nisso, ao analisar os dados obtidos por meio das entrevistas, tornou-se possível identificar que, entre as 16 vereadoras entrevistadas, 10 delas afirmaram que, antes de ingressarem na política, ocupavam posições de liderança em seus municípios, incluindo cargos como secretária da saúde, secretária da educação, cultura e esporte, conselheira municipal de saúde e assistência social, conselheira tutelar, diretora escolar e presidente de associações sindicais, como ressalta a entrevistada 4 (2023):

Eu atuei em vários conselhos, participei do Conselho das Cidades, do Conselho Municipal de Educação, do Conselho do FUNDEB, do Conselho Municipal de Saúde, realizamos atuação em diversos conselhos. As coisas vinham totalmente prontas e a partir do momento em que os trabalhadores estão nesses espaços, principalmente os conselhos, que são espaços de controle social, para a população atuar, para os cidadãos atuarem, percebemos que houve uma mudança de pensamento da coletividade como um todo [...] portanto, eu acredito que esses espaços contribuem muito para o processo de formação e no meu caso, acredito que foram fundamentais.

Dessa forma, a experiência prévia em cargos de liderança permitiu às vereadoras desenvolverem uma visão crítica sobre os desafios locais, além de fornecer conhecimento administrativo, visibilidade e redes de contato para o seu ingresso na política.

Larissa Aparecida Dionizio, Márcia da Silva



[...] as experiências de participação social são potencialmente capazes de propiciar a aquisição de conhecimentos sobre o território e os seus diferentes usos, ampliar a consciência das desigualdades socioespaciais e estimular a capacidade crítica dos participantes. A participação social também pode aumentar a capacidade de atuação dos participantes agentes-atores, na medida em que lhes dá acesso às discussões travadas na esfera político-administrativa do Estado e permite que participem de redes de políticas públicas (Gomes; Silva, 2017, p. 90).

Dessa forma, é evidente a variedade de papéis que as mulheres desempenham ao longo de suas carreiras, muitas vezes passando por várias funções, até conquistarem a confiança da comunidade e, eventualmente, considerarem a possibilidade de se candidatar, como Lüchmann e Almeida (2010, p. 90) ressaltam: “[...] vivemos numa sociedade que ainda atribui ao gênero feminino a responsabilidade de cuidar do ambiente doméstico e, ao masculino, do mundo público, esses últimos têm, evidentemente, mais chances de obter sucesso no crivo eleitoral”.

Essa perspectiva que tende a atribuir às mulheres um papel mais voltado para o âmbito privado – particularmente relacionado à administração do lar, enquanto os homens são mais associados à vida pública e ao trabalho fora de casa – o que reflete o modelo patriarcal e sexista (Saffioti, 1976; Pateman, 1993). Muitas mulheres acabam deixando de lado seu interesse pela atuação política para priorizar as responsabilidades no lar:

[...] já para mulheres, ser político é algo mais complicado. Heranças do patriarcado ainda fazem com que a obrigação com filhos e casa esteja com elas; caso elas ainda se envolvam no mercado de trabalho, sua jornada de trabalho chega a ser tripla, ocupando-se da casa, filhos e maridos e o emprego, o que limita ainda mais o tempo que teriam para se envolver nas questões sociopolíticas (Medeiros; Chaves, 2017, p. 110).

Um exemplo disso é o fato de que muitas vereadoras, quando questionadas sobre a presença de outras colegas como candidatas, relataram que, de fato, havia mais mulheres candidatas pelo partido, porém não conseguiram obter êxito nas eleições. Em muitos casos, isso ocorreu devido às dificuldades de gerenciamento de tempo e ao envolvimento durante o período de campanha eleitoral, como explica a entrevistada 4 (2023):

É importante mencionar que nós, mulheres, frequentemente enfrentamos uma pressão adicional. Isso é devido ao patriarcado profundamente enraizado, que muitas vezes questiona nossa presença e capacidade. O estigma ainda existe, como se não tivéssemos permissão para competir ou participar desse campo. Essa cobrança é intensa, e muitas vezes trabalhamos para nos fortalecer dentro de nossos círculos familiares e sociais antes de nos posicionar publicamente.

Além disso, a entrevistada 4 destaca a discrepância nas candidaturas entre uma mulher que é funcionária pública e outra que é trabalhadora autônoma no setor privado. A facilidade em obter licença no setor público é consideravelmente maior do que no setor privado, e essa disparidade acaba impactando no sucesso político da candidata:

Nós duas que conseguimos nos eleger somos do serviço público, não é? Portanto, já tínhamos essa condição de afastamento, prevista na legislação. E acho que, do grupo de mulheres do meu partido, tínhamos mais uma que também era do serviço público e teve a possibilidade de afastamento. As demais eram da iniciativa privada e percebíamos que elas não conseguiam participar plenamente. Isso se deve às suas responsabilidades no trabalho na iniciativa privada, nas questões domésticas e na sustentação das famílias (Entrevistada 4, 2023).

Além dos desafios que as mulheres enfrentam durante suas candidaturas e campanhas eleitorais – incluindo a necessidade de se afastarem de suas funções para se dedicarem integralmente à candidatura – elas também se deparam com outras dificuldades, principalmente no momento de chegada e apresentação das suas propostas aos eleitores do município:

As dificuldades foram imensas, enfrentamos uma carência de experiência. Ter que caminhar sozinha e como se virar? Demonstrar que você é a melhor, porque na vida é necessário comprovar, pedir, literalmente pedir. "Me dê uma chance". Afinal, eu pensava, me dê uma oportunidade para mostrar que eu posso ir lá, que posso fazer alguma diferença, sabe? Não pedi votos, pedi uma oportunidade. Portanto, as dificuldades foram muitas: andar sozinha, percorrer as ruas à noite, chegar em casa em lugares desconhecidos. Ser tratada com desrespeito, sim, acredito que os homens possam ter experiências semelhantes, mas as mulheres, já por natureza, frequentemente sofrem mais. Parece que somos vistas com menos credibilidade, entende? Enfrentar todas essas situações foi verdadeiramente desafiador; sofri muito (Entrevistada 1, 2023, grifo nosso).

Bem como as dificuldades na comunicação com os eleitores, persistem ainda as barreiras com os demais candidatos, em especial os candidatos do sexo masculino que não acolhem candidaturas femininas:

Sim, encontrei algumas dificuldades de aceitação por parte dos candidatos homens. Em várias situações, ouvi coisas como: "Por que você teve que se envolver na política?" como se eu não pudesse ter me candidatado. Havia mais mulheres também, mas entre elas, somente eu me elegi neste partido (Entrevistada 9, 2023 – grifo nosso).

A partir disso, compreende-se que o cerne das dificuldades enfrentadas pelas mulheres ao longo de suas vidas reside na sociedade e em seu

pensamento machista opressor:

[...] reproduz no imaginário popular que a política não é “coisa de mulher” e isso acaba tendo impacto negativo até mesmo na disposição das mulheres de participarem ativamente de campanhas eleitorais, de partidos, de poderem serem realmente competitivas em um processo eleitoral (Costa; Gonçalves, 2021, p. 109).

Ademais, Bohn (2009) destaca que a campanha eleitoral representa um dos momentos mais significativos na experiência política, pois é durante esse período que as candidatas têm a oportunidade de se aproximar dos eleitores e apresentar seus ideais políticos. Esse momento, porém, é vivido de forma distinta quando comparado à experiência de candidaturas masculinas, refletindo desigualdades de gênero presentes no processo eleitoral. A autora ressalta ainda que a qualidade da campanha é fundamental para o aumento da representatividade feminina nos parlamentos.

A entrevistada 6 (2023) corrobora ao relatar suas experiências vivenciadas durante sua campanha, especialmente comentários direcionados a ela por parte de eleitores homens, enquanto distribuía materiais e apresentava suas propostas de atuação:

Durante a campanha, houve várias coisas. Ah ela é só um rostinho bonito, a ela não vai saber fazer nada. Ai, o que que ela entende da vida? Quando eu entregava santinhos, muitas vezes na rua, as pessoas falavam: “Ah, mas teu telefone vem no santinho também?” Porque a partir desse momento é, e eu percebi que isso é um consenso meio geral da sociedade, que a partir do momento que você ocupa um cargo público ou se candidata a um, é público, consequentemente, teu corpo também vira. Foi assustador, na verdade, a campanha foi assustadora, né? Mas a gente vai se fortalecendo e vai criando mecanismos até depois que a gente entra para a política, efetivamente. É importante, justamente, para a gente entender a grande necessidade de ter mais mulheres para nos apoiar aqui dentro (grifo nosso).

Situações como essa têm suas raízes no modelo patriarcal que permeia a sociedade contemporânea, como explica Rezende *et al.* (2022, p. 23):

A cultura dominante promovida na sociedade tende a naturalizar o patriarcado, no qual os homens possuem maior poder sobre as mulheres, seja por meio econômico, social, familiar ou político, provocando a desigualdade de gênero por meio de bens e do poder.

Nesse contexto, de acordo com Costa e Gonçalves (2021), existe uma cultura que favorece os homens nas esferas de poder e na tomada de decisões dentro de uma sociedade estruturada sob um modelo patriarcal e misógino. Sendo assim, as mulheres eleitas no âmbito do legislativo municipal vivenciam diariamente as manifestações dessa cultura:

Estamos ainda em um processo de desconstrução do patriarcado, do machismo. Esses aspectos ainda são muito fortes e latentes. E quando é chamada a atenção para isso, ainda ocorre aquele processo de que foi sem querer, foi uma brincadeira, não era isso que eu queria dizer, ou então, “não me entenda mal”. No entanto, na realidade, era exatamente isso, não é? As pessoas acabam virando as costas e seguindo em frente (Entrevistada 4, 2023).

Além de enfrentarem a misoginia presente em diversas áreas da sociedade, as mulheres na política frequentemente precisam conscientizar seus colegas na câmara de vereadores sobre suas propostas e demandas. Muitas vezes, esses colegas demonstram pouco interesse em ouvi-las, evidenciando como as questões de gênero e as dinâmicas de poder permeiam desde a candidatura até o exercício do mandato.

Em entrevistas, as vereadoras relataram que comentários e atitudes desrespeitosas dificultam seu trabalho, especialmente durante a apresentação de projetos de lei, debates internos ou discussões sobre melhorias para o município. Esses episódios representam desafios adicionais à construção de um espaço político forte, como pode ser observado na constatação da entrevistada 5 (2023):

Já fui citada de forma pejorativa por alguns vereadores, sendo chamada de “mulherzinha”. Houve um incidente em que um vereador, ao acreditar que o microfone estava desligado, fez o seguinte comentário: “Como você consegue isso? Não podemos permitir que uma mulherzinha conquiste mais do que nós.” Portanto, enfrento mais desafios em meu segundo mandato, especialmente em relação ao machismo e ao preconceito contra as mulheres (grifo nosso).

Dessa forma, evidencia-se a complexa dinâmica de relações de poder e as desigualdades de gênero no campo político, que contribuem para a formação de grupos dominantes e subordinados. Essas relações tornam-se particularmente perceptíveis durante as intervenções das vereadoras, quando exercem seu direito de fala nos debates do legislativo municipal. Como relata a entrevistada 10: “[...] conforme o tema que vamos abordar na tribuna, percebemos que alguns colegas não permanecem no plenário para ouvir. Isso ocorre com certa frequência e acaba sendo uma dificuldade que impacta nosso trabalho”.

A entrevistada também compartilhou um episódio marcante ocorrido durante a apresentação de um projeto voltado a um grupo específico da sociedade, historicamente sujeito a preconceito sistemático:

Muitas vezes, agora mesmo, no meio de junho. É, nós apresentamos como bancada feminina um projeto para instituir o Dia do Orgulho LGBTQIA+, e foi assim, explicitou o machismo, o deboche e falas do tipo: “O que isso tem a ver com o nosso município? O que isso vai mudar para a vida das pessoas?” Deslegitimando e com preconceito total contra a comunidade LGBT (Entrevistada 10, 2023 – grifo nosso).

Nessa mesma linha, a vereadora 3 também compartilhou a mesma ocorrência e destacou como ações desse tipo, provenientes dos vereadores do sexo masculino, frequentemente atrasam questões que deveriam ser tratadas com urgência:

Então assim, nós tivemos um projeto aqui que seria uma semana de conscientização pela causa da população LGBT. Foi um projeto bem polêmico desde o início, com a intenção de conscientizar as pessoas sobre a causa. A ideia era mostrar que isso não é uma doença, é uma maneira de trazer conhecimento para a população. O preconceito muitas vezes surge por falta de conhecimento, então a intenção era trabalhar uma semana de conscientização, principalmente nas escolas. Por falta de conhecimento, as pessoas muitas vezes fazem perguntas como: “Vai ensinar meu filho a ser gay?” (Entrevistada 3, 2023).

Esses comportamentos discriminatórios, que silenciam as vozes e minimizam a influência das vereadoras, não apenas prejudicam a busca por uma representação igualitária na política, mas também perpetuam estereótipos de gênero. Nesse contexto, como ressaltou a entrevistada 3, é preocupante que as discussões relacionadas a questões de gênero frequentemente sejam mal interpretadas e, muitas vezes, negligenciadas.

Diariamente sofremos, não só pelas brincadeiras e chacotas, mas também ao ver minha companheira sofrer. Ela enfrentou retaliações muito graves, e chegamos a ter repercussão nacional recentemente. É uma situação muito complicada, nós estamos passando por uma dificuldade considerável nesses dias, com uma perseguição política declarada que estamos enfrentando aqui (Entrevistada 1, 2023).

Suas contribuições são por vezes questionadas, gerando dúvidas e desconfiança em relação ao seu trabalho e conhecimento, como explica a entrevistada 6 (2023):

Eles frequentemente resumem nossa atuação política à nossa falta de inteligência, sabe? Isso é muito triste, muito triste mesmo, porque nós estudamos, né, para poder debater e discutir essas questões. Sempre há esse tipo de comentário machista, misógino e de todos os tipos, infelizmente. Esse é um problema muito grande, porque quando uma mulher está disposta a participar, é eleita e se dedica a estudar e trazer projetos, muitas vezes se depara com um ambiente hostil (grifo nosso).

Essa situação evidencia que as estruturas patriarcais não apenas restringem o acesso das mulheres aos cargos de poder, mas também moldam o tratamento que recebem ao ocupá-los. As mulheres eleitas frequentemente enfrentam um ambiente hostil, no qual sua autoridade e conhecimento são questionados simplesmente por defenderem causas relacionadas à igualdade de gênero. Tal cenário reflete a persistência de estereótipos e a desconfiança quanto à

capacidade feminina de liderar ou lidar com questões tradicionalmente associadas ao poder político.

Nesse contexto, Lisboa e Manfrini (2005) destacam a importância de incorporar a perspectiva de gênero nos espaços de poder, como forma de desafiar a ideia de supremacia masculina na sociedade. Isso implica questionar normas e estruturas sociais, reconhecendo que a desigualdade de gênero é uma construção social, e não um fenômeno natural. As autoras também salientam que as opressões enfrentadas pelas mulheres se entrelaçam com outras formas de discriminação, como classe social, raça e idade, formando uma teia complexa de desigualdades.

A análise das entrevistas destacou como as dificuldades influenciam diretamente a forma como as mulheres eleitas apresentam e conduzem seus projetos, evidenciando os desafios de atuar em um ambiente político ainda predominantemente masculino. A trajetória das vereadoras na região Centro-Sul do Paraná mostra que, além do esforço pessoal para ocupar e manter seu espaço, elas enfrentam barreiras estruturais que limitam a participação feminina. Suas experiências revelam a realidade de atuar em um contexto político desigual e demonstram como a presença feminina é fundamental para questionar práticas e estruturas patriarcais, construindo uma política mais representativa e próxima das necessidades da população, motivação que, segundo algumas entrevistadas, foi determinante para sua própria inserção na política.

Considerações finais

Os referenciais teóricos utilizados nesta pesquisa foram fundamentais para compreender a dimensão estrutural da separação entre as esferas pública e privada, revelando como essa divisão historicamente relegou as mulheres ao espaço doméstico e aos cuidados familiares, enquanto os homens ocuparam a política e o mercado de trabalho (Saffioti, 1976; Pateman, 1993). Essa estrutura de gênero não apenas moldou as expectativas sociais sobre o papel das mulheres, mas também restringiu seu acesso aos espaços de poder, especialmente em municípios de pequeno porte e interioranos, onde as redes políticas e sociais tendem a ser concentradas e exclusivas.

A partir desse entendimento, o estudo permitiu identificar os desafios enfrentados pelas mulheres eleitas para as câmaras municipais da região Centro-Sul do Paraná. Observou-se que sua atuação é marcada por desigualdades de gênero e por relações de poder historicamente estabelecidas, que se manifestam tanto durante as campanhas eleitorais quanto no exercício do mandato. Entre essas manifestações destacam-se comentários machistas, a tradição histórica que privilegia o homem como detentor do poder e a influência de grupos familiares que controlam a política local (Silva, 2005; Denez, 2018), fatores que dificultam a inserção de novos atores, especialmente mulheres.

No que diz respeito ao perfil das eleitas, a análise revelou que a maioria está vinculada a partidos de centro e direita, refletindo o contexto político nacional do período estudado. Muitas construíram suas trajetórias políticas a partir de experiências em secretarias, conselhos e associações comunitárias, o que

evidencia que o ingresso feminino na política ainda depende de um percurso prévio de visibilidade, legitimidade e consolidação de redes de contato.

Esse cenário também se reflete no lugar de fala das vereadoras, que é constantemente tensionado por práticas excludentes, como comentários machistas, deslegitimação de projetos e resistência à discussão de pautas relacionadas à igualdade de gênero e a minorias sociais. Ainda assim, a presença feminina no legislativo municipal configura uma forma de resistência. Apesar das dificuldades e interrupções recorrentes relatadas nas entrevistas, as vereadoras continuam apresentando projetos de lei e participando ativamente dos debates, reafirmando a importância de sua atuação. Como destacam Costa e Gonçalves (2021, p. 101), “as mulheres precisam ocupar esse espaço de poder para que elas possam falar por mulheres formulando políticas públicas voltadas para as mulheres, e em virtude disto essa representatividade se faz necessária”.

No entanto, é importante ressaltar que a presença feminina na política não garante automaticamente a defesa de pautas feministas. Mulheres em posições de poder desafiam padrões patriarcais e servem como exemplo para outras mulheres, especialmente as mais jovens, mostrando que é possível ocupar cargos de decisão, mesmo que cada uma possua ideologias e preferências distintas (Castells, 2002).

Dessa forma, ao dar atenção às experiências das mulheres eleitas e às desigualdades que enfrentam, esta abordagem permite evidenciar aspectos muitas vezes invisíveis nos estudos tradicionais, como barreiras estruturais, estereótipos e práticas excludentes. A produção acadêmica que se apoia nessa perspectiva não apenas aprofunda a compreensão sobre a política local, mas também contribui para a abertura de caminhos para que mais mulheres ocupem espaços de participação e fortaleçam seu protagonismo político.

Referências

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber. **A posse e o uso da terra**. Modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.

BOHN, Simone Rodrigues. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, Araraquara, v. 35, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**.

Larissa Aparecida Dionizio, Márcia da Silva



Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2002.

COSTA, Ricardo Sérvulo Fonsêca; GONÇALVES, Rogério Magnus Varela. Participação da mulher na política brasileira. **Direito e desenvolvimento**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 97- 111, 2021.

DENEZ, Cleiton Costa. Território e Redes de Poder: atores e grupos políticos em Guarapuava/PR. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 4, n. 2, p. 227-244, 2018.

GOMES, Ana Maria Isar dos Santos; SILVA, Patrícia Pereira Alves. Participação política e construção de cidadania em Políticas Públicas Espaciais. In: STEINBERGER, Marília. **Território, agentes-atores e políticas públicas espaciais**. Brasília, DF: Ler Editora, 2017. p. 61- 91.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados do Brasil – IBGE Cidades**. 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Relação dos municípios das regiões geográficas do Paraná**. 2012. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Rela%C3%A7%C3%A3o%20dos%20munic%C3%ADpios%20paranaenses%20segundo%20regi%C3%B5es%20geogr%C3%A1ficas.pdf . Acesso em: 5 fev. 2025.

LISBOA, Teresa Kleba; MAFRINI, Daniele Beatriz. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 67-77, 2005.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. A representação política das mulheres nos conselhos gestores de políticas públicas. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, p. 86-94, 2010.

MASSEY, Doreen. Power-geometries and the politics of space-time. Heidelberg: Department of Geography, University of Heidelberg, 1999.

MEDEIROS, Thais Karolina Ferreira de; CHAVES, Maria Carmem. Representatividade feminina na política brasileira: a evolução dos direitos femininos. **Caderno de Graduação-Humanas e Sociais**, Recife, v. 3, n. 2, p. 99-99, 2017.

MENUCCI, Júlia Monfardini; NIELSSON, Joice Graciele. A efetividade da lei de cotas de gênero e o alargamento da participação feminina na política com vistas às eleições de 2018. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**, Belém, v. 5, n. 2, p. 01-21, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 02, p. 363-385, 2006.

MONK, Janice; RAMÓN, M. Dolors García. Geografia feminista: uma perspectiva internacional. **Documents d'anàlisi geogràfica**, Barcelona, n. 10, p. 147-157, 1987.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 1993.

PAULA, Rafael Freire de. **Processos de formação e reprodução dos territórios conservadores de poder no Brasil**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2022.

PHILLIPS, Anne. **The politics of presence**. Clarendon Press, 1995.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. 224 p.

REZENDE, Daniela Leandro. Mulher no poder e na tomada de decisões. In: FONTOURA, Natália de Oliveira; REZENDE, Marcela Torres; QUERINO, Ana Carolina (org.). **Beijing+ 20**: avanços e desafios no Brasil contemporâneo. Brasília, DF: IPEA. 2020. p. 299-367.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**. The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1976. 383 p.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. Representação política das mulheres: uma revisão crítica da bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 80, p. 103-117, 2015.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; COSTA, Ana Alice Alcantara. **Feminismos, feministas, e movimentos sociais**. 1994.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, 2003.

SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2005.

SILVA, Mariana Costa da; SOUZA, Carlos Augusto da Silva; MOREIRA, Jade Neves. A representação de mulheres negras na política brasileira: um estudo da interseccionalidade entre raça e gênero nas eleições municipais de 2016 e 2020. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, Belém, v. 1, n. 23, p. 105-124, 2023.

SILVA, Susana Maria Velela da. A perspectiva feminista na Geografia brasileira. In: **Geografias Subversivas**. Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades, v. 1, 2009.

SILVA, Susana Maria Velela da. Geografia e gênero/Geografia feminista o que é isto?. **Boletim gaúcho de Geografia**, v. 23, n. 1, 1998.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatística de candidaturas (2023) – estatísticas da eleição**. Brasília, DF: TSE, 2023. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home?session=216647883300601>. Acesso em: 5 fev. 2025.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Larissa Aparecida Dionizio: Conceituação; Investigação; Escrita (primeira redação); Metodologia.

Márcia da Silva: Curadoria de dados; Supervisão; Análise formal; Escrita (revisão e edição).

Recebido em 04 de setembro de 2025.

Aceito em 25 de outubro de 2025.

Larissa Aparecida Dionizio, Márcia da Silva

